

# Diário do Legislativo de 23/08/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - 64ª Reunião Ordinária

1.2 - 63ª Reunião Ordinária Interrompida - Destinada a receber a Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, Ministra Matilde Ribeiro

#### 1.3 - 40ª Reunião Extraordinária

#### 1.4 - 41ª Reunião Extraordinária

#### 1.5 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/8/2003

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Proposta de Ação Legislativa nº 4/2003 - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 975 a 982/2003 - Requerimento nº 1.215/2003 - Comunicações: Comunicações dos Deputados Sidinho do FerrotaCo e Maria Olívia (2) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Antônio Genaro, Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo e Irani Barbosa - Questão de ordem - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos

- Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Miguel Martini, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Padre João, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 4/2003

Da Sra. Maria das Graças Marçal, representante legal da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - ASMARE -, e do Sr. José Aparecido Gonçalves, Coordenador de Equipe da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, solicitando que a Comissão de Participação Popular desta Casa organize audiência pública destinada à abertura do 2º Festival Lixo e Cidadania, a realizar-se entre 27/10/2003 e 2/11/2003. (- À Comissão de Participação Popular.)

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 975/2003

Declara de utilidade pública o Centro de Atendimento Integral ao Idoso - CAII -, com sede no Município de Itamonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Atendimento Integral ao Idoso - CAII -, com sede no Município de Itamonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de agosto de 2003.

Dimas Fabiano

Justificação: O Centro de Atendimento Integral ao Idoso, localizado no Município de Itamonte, promove atividades para o desenvolvimento físico e mental além dos idosos, além de dar-lhes suporte afetivo, pois, em seus lares, a grande maioria não tem a atenção dos familiares.

Presta, assim, relevante serviço à comunidade local. Por esses motivos peço aos nobres pares apoio à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 976/2003

Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Carmo da Cachoeira, com sede no Município de Carmo da Cachoeira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Carmo da Cachoeira, com sede no Município de Carmo da Cachoeira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de agosto de 2003.

Dimas Fabiano

Justificação: O Lar São Vicente de Paulo de Carmo da Cachoeira presta relevantes serviços aos idosos desse município, abrigando-os e desenvolvendo trabalhos nas áreas de saúde, lazer, social e espiritual para, assim, manter sua dignidade e elevar sua auto-estima. Além disso, a referida entidade proporciona suporte afetivo aos idosos, cuja grande maioria não recebe atenção dos familiares, por motivo de trabalho ou até mesmo por falta de interesse destes. Trata-se de uma instituição muito importante para a sociedade, e é por esse motivo que conto com o apoio dos nobres pares, para a da aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 977/2003

Declara de utilidade pública a Associação de Assistência a Toxicômanos e Alcoólatras de Três Pontas, com sede no Município de Três Pontas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência a Toxicômanos e Alcoólatras de Três Pontas, com sede no Município de Três Pontas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de agosto de 2003.

Dimas Fabiano

Justificação: A Associação de Assistência a Toxicômanos e Alcoólatras presta relevantes serviços à comunidade desde 1997, dedicando-se à recuperação de dependentes de drogas e álcool. No exercício dessa atividade, atende, aproximadamente, 500 pacientes do município e da região. A referida entidade possui especialistas que acompanham todo o tratamento do paciente, dando apoio médico e psicológico a jovens em regime de internato, e sobrevive de doações feitas por familiares e pela população dos municípios vizinhos. Pelos motivos expostos, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 978/2003

Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede em São Pedro da União.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede em São Pedro da União.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 19 de agosto de 2003.

Fahim Sawan

Justificação: O Lar São Vicente de Paulo, com sede em São Pedro da União, é uma sociedade civil sem fins lucrativos de caráter assistencial e de duração indeterminada. Destacam-se entre os objetivos do Lar São Vicente a prática da assistência social gratuita aos idosos e aos inválidos desamparados, o combate à fome e à pobreza, conforme está disposto no art. 2º de seu estatuto.

A referida instituição funciona regularmente há mais de dois anos, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que não percebem remuneração pelas funções que exercem.

Considerando-se a importância dos serviços filantrópicos prestados pelo Lar São Vicente de Paulo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 979/2003

Declara de utilidade pública o Clube da Melhor Idade, com sede no Município de São Pedro da União.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube da Melhor Idade, com sede no Município de São Pedro da União.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 19 de agosto de 2003.

Fahim Sawan

Justificação: O Clube da Melhor Idade, com sede em São Pedro da União, é uma sociedade civil de direito privado, com tempo indeterminado de duração, sem fins lucrativos e de caráter assistencial. Destaca-se por congregar cidadãos da terceira idade, com a finalidade de promover reuniões de caráter social e cultural, lazer e viagens de turismo, conforme o disposto no art. 1º de seu estatuto.

O Clube funciona regularmente há mais de dois anos. Sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que não percebem nenhuma remuneração pelas funções que exercem.

Considerando-se a relevância dos serviços prestados pelo Clube da Melhor Idade, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 980/2003

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Conjunto Henrique Saporì - ACHESA -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Conjunto Henrique Saporì - ACHESA -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de agosto de 2003.

Jô Moraes

Justificação: A Associação Comunitária do Conjunto Henrique Saporì - ACHESA -, com sede no Município de Ribeirão das Neves, fundada em 12/1/86, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, é uma associação de caráter assistencialista, que presta relevantes serviços a sua comunidade há mais de 17 anos.

Conforme documentação que segue anexa, comprova-se que os membros de sua diretoria, eleitos democraticamente, são pessoas reconhecidamente idôneas e que não recebem nenhum tipo de remuneração pelo exercício de suas funções.

Além de sua função assistencialista, a ACHESA é uma entidade também de caráter cultural e de promoção humana, tendo por objetivo coordenar as obras e movimentos sociais dos moradores do Conjunto Habitacional, articulando, desenvolvendo e promovendo a ação dos moradores na solução dos problemas sociais, socioeconômicos e educacionais, bem como nos trabalhos de formação do espírito comunitário. Assim, desde a sua fundação, a Associação vem cumprindo suas finalidades estatutárias, mesmo não dispondo de recursos financeiros regulares e instrumentos de trabalho adequados, indispensáveis ao alcance pleno de seus objetivos.

A concessão do título declaratório de utilidade pública estadual é de extrema importância e necessidade para a ACHESA, pois somente com essa documentação poderá firmar parcerias com órgãos estaduais, podendo, portanto, atingir suas finalidades com maior satisfação e, principalmente, ampliar seu atendimento a toda a população, principalmente a mais carente.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 981/2003

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Aílton Maciel - ACOBAM -, com sede no Município de Conselheiro Pena.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Aílton Maciel - ACOBAM -, com sede no Município de Conselheiro Pena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 19 de agosto de 2003.

José Henrique

Justificação: A Associação Comunitária Beneficente Aílton Maciel, fundada em 28/3/2000, com sede na Rua Feliciano Ferraz, 387, em Conselheiro Pena, tem por objetivo promover a correta solução dos problemas jurídicos, culturais, educacionais, de saúde, assistência social e de auxílio ao menor abandonado e carente desse município e sua região. Entidade de caráter assistencial e filantrópico, está em funcionamento há mais de dois anos e já presta notáveis serviços em prol da comunidade do supracitado município. Diante do exposto, tendo em vista que a instituição atende plenamente aos requisitos legais para obter a declaração de utilidade pública, honro-me em submeter à apreciação desta Casa Legislativa o presente projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 982/2003

Estabelece normas para a realização de promoções em estabelecimentos comerciais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- A venda a varejo, na modalidade de promoção ou de liquidação, de mercadorias em estabelecimentos comerciais está condicionada à observância do prazo final para consumo dessas mercadorias.

Parágrafo único - Nas modalidades mencionadas neste artigo, as mercadorias colocadas à venda deverão guardar, pelo menos, o tempo mínimo de quinze dias para o término do prazo final para seu consumo.

Art. 2º - A inobservância do disposto no artigo anterior acarretará a apreensão das mercadorias e a imposição de multa, em valor a ser definido por regulamento.

Art. 3º - O Poder Executivo baixará as normas necessárias à regulamentação desta lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2003.

Rêmolo Aloise

Justificação: Este projeto tem o objetivo de aperfeiçoar a legislação atual, garantindo a transparência nas relações de consumo. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, III e IV, estabelece, como direitos básicos do consumidor, a informação adequada e clara sobre diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, e a proteção contra publicidade enganosa e métodos comerciais desleais e abusivos. Estabelece, ainda, em seu art. 31 que "a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores".

O prazo de validade é dado essencial na relação de consumo, e sua omissão em produtos vendidos em promoções e liquidações caracteriza má-fé do comerciante. Este projeto tem o objetivo de evitar que o consumidor compre produto com prazo prestes a vencer, o que não aconteceria se houvesse a informação adequada.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTO

Nº 1.215/2003, da Comissão de Turismo, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas ao asfaltamento do trecho da rodovia que dá acesso ao Balneário Bico da Pedra, no Norte de Minas. (- À Comissão de Transporte.)

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Sidinho do Ferrotado e Maria Olívia (2).

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Antônio Genaro, Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo e Irani Barbosa proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião por falta de número regimental.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando

os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 22, às 8h30min e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/8/2003

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Composição da Mesa - Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Ministra Matilde Ribeiro - Palavras do Deputado Rogério Correia.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente(Deputado Adelmo Carneiro Leão) - A Presidência convida a tomarem assento à mesa a Exma. Sra. Ministra Matilde Ribeiro, os Exmos. Srs. Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais; Maria do Carmo "Cacá", Prefeita Municipal de Araçuaí; Maria das Graças Rodrigues, Secretária Estadual de Combate ao Racismo; Martus Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo; Cleide Ilda, Representante do CONEN; Célia Gonçalves, Representante da CENARABE; Vânia Ferreira Diniz, Coordenadora Municipal para Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte; José Antônio Carlos Pim, Coordenador do SOS Racismo; Vereadora Neusinha Santos, Líder do Governo na Câmara Municipal de Belo Horizonte; e o Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a este evento.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião a receber a Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, Ministra Matilde Ribeiro.

#### Palavras do Sr. Presidente

Este é momento de significativa importância para esta Assembléia. A presença de Sua Excelência, a Ministra Matilde Ribeiro, nesta Casa evidencia a instalação de novo marco no combate à discriminação racial. Com a instalação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, passa o País a dispor de órgão, com estatuto de ministério, responsável por política pública relativa às questões de raça, que têm sido historicamente escamoteadas neste País. Sob o pretexto de convivência racial harmônica, ignoravam-se todas as conseqüências de séculos de escravidão espelhados na situação atual dos brasileiros afro-descendentes. Mostram as estatísticas que os negros ainda ocupam os piores lugares em todos os indicativos sociais e econômicos.

É portanto bem-vinda não só em nosso Estado como também no seio do ministério do atual Governo a presença de mulher negra que torna visível sua cor e seu gênero.

Saúdo, então, em nome deste Parlamento, esta poeta paulista, assistente social e trabalhadora de origem humilde que reúne todas as condições, pelo seu histórico de vida bem como seu trajeto acadêmico - Mestre e doutoranda pela PUC de São Paulo -, para que a questão racial possa, com o esforço de todos, desaparecer do horizonte brasileiro. Enfim, além da raça e do gênero, somos todos cidadãos com direitos iguais perante a lei. Muito obrigado!"

#### Palavras da Ministra Matilde Ribeiro

Sr. Presidente da Mesa, que, com belíssimo discurso, resgata, por meio da minha pessoa, a história de grande parcela da população brasileira; componentes da Mesa, homens e mulheres, que encontro há décadas lutando pelo combate ao racismo no País; parlamentares; todas as pessoas que individual e coletivamente contribuem pela melhoria da qualidade de vida em nosso País, é sempre muito emocionante entrar, na condição de Ministra, por espaços onde antes a população negra sequer punha o pé. Enquanto esperávamos numa das salas, olhávamos as fotos na parede e constatávamos que eram todos homens e brancos. É essa a história do poder neste País. Louvo aos homens brancos que fazem política, mas temos de reconhecer que é extremamente importante que negros, mulheres e mulheres negras também ocupem este espaço.

É com responsabilidade que assumo a coordenação, na qualidade de Ministra, da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Pela primeira vez na história deste País temos no primeiro escalão, um organismo, uma secretaria com "status" de ministério, com a responsabilidade direta de tratar do desenvolvimento de política de promoção da igualdade racial.

Já vivemos essas experiências em Governos estaduais. A militância do movimento negro, desde a escravização do primeiro negro, como bem acentuou o Prof. Abidias do Nascimento, pôs o pé neste País, lutou e resistiu. Nas últimas décadas, revertemos a agenda política. Em 1995, na qualidade de militante, estivemos em Brasília, na Marcha Zumbi dos Palmares Pela Cidadania e Pela Vida, momento em que o movimento negro contemporâneo unificou sua agenda e entregou ao então Presidente o Programa para Superação do Racismo no Brasil. De lá para cá, não imaginávamos onde iríamos chegar, nem que, alguns anos depois, teríamos um Ministério. Dizíamos aos Governos Federal, Estaduais e municipais que, ao se pensar a política pública, seria importante trabalhar com a promoção da igualdade racial como necessária e continuada e que, no espaço das administrações públicas, houvesse coordenação de ações para que todas as secretarias estaduais e municipais e organismos do primeiro escalão do Governo Federal tomassem a questão racial como elemento importante. Logo, ao pensar trabalho, saúde, cultura e habitação, poderíamos partir do princípio de que 50% da população é negra. Atualmente, podemos realizar sonhos, pôr em prática experiências adquiridas na militância e nas academias, mesmo cientes de que apenas 3% das pessoas que concluem o 3º grau, em especial nas universidades públicas, são negras. Apesar de pequeno, o número é decisivo para se repensar a vida do País.

Neste momento, coroamos a construção de 503 anos de resistência e de pelo menos três décadas de diálogo sistemático com o Estado e Governos. Com essa responsabilidade e a partir da coragem do Presidente Lula, assumo o organismo. Lula entendeu importante considerar a voz coletiva, de 50% da população. No Governo Federal, a Secretaria, que completa cinco meses amanhã, tem a incumbência de coordenar as políticas de Governo. Estamos construindo as bases para a existência desse organismo, e este ano não será de grandes realizações nem de implementação de diversos programas e ações. Mas teremos mapeamento de quantos Ministros e Ministras foram convencidos a colocar a questão racial na ordem do dia; quantos convênios foram estabelecidos por municípios para realização de políticas nessa área; quantos Governos estaduais concordaram em levar a frente política para remanescentes de quilombo, jovens e mulheres negras; quantos organismos pudemos conquistar para levar o resgate da história que o Brasil fez questão de esquecer.

O grande legado deste ano será a construção e o mapeamento das possibilidades para as políticas públicas na área de promoção da igualdade social. Venho a este Estado com a tarefa e a missão de abrir portas, para que juntos demos um passo à frente na história e tornemos o Brasil mais e mais democrático, justo e igualitário. Essa é a minha missão. Espero contar com essa brava e conseqüente política realizada nos Estados, nos municípios e, acima de tudo, em Belo Horizonte. Muito obrigada.

Sr. Presidente, apresentei o requerimento em nome de todos os Deputados do Bloco PT-PCdoB, o qual presido. A maioria dos Deputados deste Bloco encontra-se nesta reunião por entender a importância da vinda da Ministra. Agradeço pela sua presença e visita. Para economia da citação dos companheiros e companheiras, em nome dela e da Prefeita Cacá cumprimento os membros da Mesa. Que sejam bem vindos.

Ministra Matilde Ribeiro, há muito o PT discute a necessidade de o Estado promover igualdade racial e social no País. Há tempos esse debate é realizado nas hostes partidárias, aliás vem ganhando força na sociedade. O Presidente Lula cumpriu o que durante muito tempo discutimos. Ele inaugurou Secretaria com "status" de Ministério - não poderia ser diferente -, para que se tratasse com prioridade na agenda nacional a questão racial.

Geralmente, o Movimento Negro age dessa maneira, impondo à sociedade brasileira discussão séria sobre o problema do racismo no Brasil. Se não fosse assim, discutiríamos reformas importantes, mas não essenciais, especialmente para os mais oprimidos do País. Sabemos que as reformas previdenciária e tributária são uma necessidade brasileira. Porém, se os trabalhadores rurais sem terra não pressionassem pela reforma agrária, na ordem do dia, na agenda nacional, certamente existiriam outras, para que reformas e temas, tão necessários quanto a agrária, ocupassem a frente. Assim ocorre com a questão racial. Quer dizer, se não pormos na agenda, nem tivermos um Ministério que se preocupe com a igualdade racial, os problemas continuarão existindo.

A sociedade brasileira tem dívida com a população negra do País que precisa ser paga. É necessário que uma Secretaria, um Ministério determine as prioridades e diga como se realizarão políticas públicas com qualidade para reverter este quadro muito bem mostrado pela Ministra.

Quaisquer dados que pegarmos veremos que essa é uma dívida real que precisa ser sanada. Por isso, temos que construir políticas na escolha de prioridades que envolvam os negros, políticas de cotas, de geração de emprego. Ao adotar uma política, qualquer Ministério tem que levar em consideração a desigualdade racial existente no Brasil. O Presidente Lula reconheceu essa situação e por isso transformou a Secretaria com status de Ministério numa realidade. Parabenizo Ministra por suas primeiras ações. Temos muita esperança de que, ao final do Governo Lula, os dados de desigualdade racial tenham pelo menos minimizado, e que as políticas estejam postas para que essa dívida da sociedade brasileira com os negros possa, um dia, ser paga na sua totalidade. Parabéns, coragem, vamos à frente.

O Sr. Presidente - Ministra, tenho confiança de que esta Assembléia Legislativa votará rapidamente projeto de lei que trata dos quilombos e remanescentes de quilombos como área de preservação da história da raça negra, dos seus descendentes, dos descendentes africanos, que seja um espaço de cultura, de geração de emprego e renda, de valorização e promoção da dignidade humana e da cidadania dos negros e negras que constituíram, com o maior sofrimento, a história do Brasil. O projeto já está na Assembléia, e vamos promover debates e audiências públicas para que seja enriquecido com a contribuição de todos, para que seja, realmente, um projeto na linha, como o nosso valoroso Líder falou, do resgate da dignidade e da promoção da comunidade negra no Brasil, especialmente em Minas Gerais.

Informo que o SOS Racismo oferece um diploma de Honra ao Mérito às lideranças, convidando a todos que estejam presentes no Teatro.

A Presidência agradece a honrosa presença da Ministra Matilde Ribeiro, das demais autoridades e convidados.

#### ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/8/2003

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Sebastião Helvécio; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 44/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 104/2003; requerimento da Deputada Lúcia Pacífico; aprovação do requerimento; discurso da Deputada Lúcia Pacífico; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; declaração de voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 174/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 738/2003; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003; requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 75/2003; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 411/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 33/2003; discurso do Deputado Irani Barbosa; encerramento da discussão; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 738/2003 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 44/2003, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a realização de cirurgia plástica pelos hospitais da rede pública estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde. Em votação, o Substitutivo nº 2. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 44/2003 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Saúde.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 104/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a afixação de tabela de preços dos serviços nas agências bancárias. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1. Vem à Mesa requerimento da Deputada Lúcia Pacífico, solicitando a inversão da preferência de votação, de modo que o projeto, na sua forma original, seja apreciado antes do Substitutivo nº 1. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Lúcia Pacífico.

A Deputada Lúcia Pacífico\* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, peço que aprovem o projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de Fiscalização Financeira, que o aprimoraram, uma vez que o objetivo do projeto é exatamente o de dar transparência aos valores cobrados pelos principais serviços bancários, como o fornecimento de extrato por terminal eletrônico ou por correio, a concessão de cheque especial, a emissão de cheque avulso, a devolução de cheque por falta de fundos, até porque há grande diferença de tarifas entre as redes bancárias. Assim, o usuário dos serviços não precisará consultar a resolução do Banco Central, que fica escondida, sobre esses itens principais de que necessita em seu dia-a-dia.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do projeto, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 104/2003 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Defesa do Consumidor.

### Declaração de Voto

O Deputado Leonardo Quintão - Quero parabenizar esta Casa e, por sua iniciativa, a Deputada Lúcia Pacífico, de quem fui companheiro na Câmara Municipal de Belo Horizonte, onde tive a oportunidade de conhecer o trabalho que tem desenvolvido nos últimos anos em defesa do consumidor. Assim, parabeno mais uma vez a Deputada Lúcia Pacífico, pelo projeto, e os demais Deputados da Casa, pela sensibilidade de aprová-lo por unanimidade.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 174/2003, do Deputado Ricardo Duarte, que dispõe sobre a informação e a orientação relativas à legislação, ao sistema e aos procedimentos para transplante de órgãos a serem prestadas aos pacientes e a seus familiares. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 174/2003 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre o acesso, conferido ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria solicitando o adiamento da discussão do projeto por cinco dias. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 75/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 411/2003, do Deputado Miguel Martini, que torna obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e pessoas idosas em estabelecimentos centrais de compras e "shopping centers". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 411/2003 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, o Deputado Leonardo Moreira tem apresentado alguns projetos interessantes sobre a questão do transporte de passageiros no Estado de Minas Gerais. Entendemos ser muito difícil essas questões terem prosseguimento nesta Casa.

A última concorrência para o sistema de transporte intermunicipal é de alta relevância, porque aquelas linhas "cata-ossos", no interior do Estado, fizeram 35 concorrências há cerca de mais ou menos uns três anos e depois paralisaram.

Esse projeto visa autorizar a publicidade, mas não deduz da passagem o valor auferido com esses lucros.

Temos uma empresa de "outdoor" ambulante, e normalmente é de parente do Diretor da BHTrans ou de parente do Diretor do DER, e vai por aí afora, para poder arrecadar fundos, mas para eles, para os apaniguados do Governo. E são coisas sem concorrência. Domingo, por exemplo, estava chegando de viagem pelo Aeroporto de Confins e observava uns "outdoors" no meio da pista da MG-10. Fizeram umas gambiarras de poste de luz, uma coisa antiestética, imoral, obviamente para poder beneficiar alguém em publicidade, do mesmo jeito que são beneficiados os ônibus, por intermédio de algumas empresas de publicidade. E parece até que parentes de Desembargadores são donos dessas empresas, os mesmos que protegem os empresários de ônibus quando alguém entra com ação contra o fato de não haver concorrência.

Temos linhas em Belo Horizonte, no Estado e até mesmo em nível nacional que nunca foram à concorrência. Temos um decreto do Governo Newton Cardoso prorrogando um decreto que já existia havia 20 anos. Da mesma forma que os clandestinos que prendem nas estradas, que são os perueiros, é o transporte. O nosso transporte é clandestino.

Não entendo, na pouca inteligência que tive durante a vida, que um Governo que tem a possibilidade de arrecadar de R\$600.000.000,00 e R\$1.000.000.000,00, com a concorrência desses ônibus, continue dando isso de graça para os apaniguados.

Os interesses no sistema de transporte têm sido os mesmos, Sr. Presidente, os mesmos empresários se enriquecem ilicitamente, corrompem as nossas instituições porque compram Promotores, compram Desembargadores, compram Juizes. E compraram durante muito tempo a nossa polícia. Não posso falar hoje porque não sei se estão recebendo propina ou não dos empresários de ônibus e dos empresários de transporte de carga, para não serem multados.

A BHTrans não multa um ônibus, Sr. Presidente! O DER não multa um ônibus sequer! A Polícia Militar não multa um ônibus! Desafio-os a analisar os ônibus registrados, que estão nos nomes das empresas e que têm a pseudolicença do DER ou do DNER e a aparecer com uma multa num carro. É inadmissível.

Faço um apelo ao meu amigo, companheiro das épocas de luta contra a ditadura, Deputado Luiz Otávio Mota Valadares, para que encontremos uma solução e coloquemos isso em concorrência. Ou será que vou ter de voltar daqui a três anos e fazer o mesmo discurso que faço nesta Casa há mais de 20 anos, falando da corrupção desse sistema?

Pergunto aos meus nobres companheiros como podemos continuar assim. O Governador Aécio Neves se projetou na vida pública pela honradez, pela honestidade e pela tradição política. Como podemos permitir que um sistema de transporte podre, corrupto, negligente, continue fazendo o que está fazendo?

CPIs e CPIs são engavetadas nesta Casa com relação ao transporte. Houve a CPI da ADTER, que foi engavetada no Ministério Público.

O Sr. Presidente - Deputado Irani Barbosa, estamos votando o projeto de lei...

O Deputado Irani Barbosa\* - E estou desenvolvendo um raciocínio.

O Sr. Presidente - V. Exa. está completamente fora... Estamos votando o projeto que coloca propaganda em encosto de cadeiras de ônibus.

O Deputado Irani Barbosa\* - De ônibus intermunicipais, é o que estou falando. Estou desenvolvendo um raciocínio, e V. Exa. quer me interromper. Espero que V. Exa. tenha condescendência e que não esteja no meio desse pessoal que está impedindo...

O Sr. Presidente - Nobre Deputado, eu não tenho ônibus.

O Deputado Irani Barbosa\* - V. Exa. tem ônibus que transporta estudantes, e não passageiros. E não são ônibus fretados ilegalmente pelo Estado.

O Sr. Presidente - E V. Exa. tem ônibus?

O Deputado Irani Barbosa\* - Não, jamais teria, porque penso que, abaixo dos traficantes, é a segunda profissão mais ilegal dentro do País, a qual produz mais corrupção até que bicheiro. Compra Desembargador, Promotor. É sobre isso que estamos falando, Sr. Presidente. Deputado Leonardo Moreira, só queria que V. Exa. acrescentasse ao seu projeto que isso deverá ser deduzido do valor das passagens, da tarifa do trabalhador, que é explorado, espoliado, que é transportado num ônibus sujo, porco, e esse dinheiro só tem sido útil para produzir corrupção.

Já fizemos mais de seis pedidos de CPI, um sobre a corrupção do DETRAN. Foi denunciada parte dela, a pontinha do "iceberg", em Contagem, mas o resto não foi averiguado. Tudo dentro desse setorzinho de transporte, que tem sido a parte negra de todos os Governos deste Estado.

Encontramos uma nebulosa em todos os órgãos do Estado. Não quero crer que parte dessa nuvem negra exista nesta Casa, com homens que vivem à margem, mamando nesse sistema podre. Hoje ele só é menos corrupto do que o tráfico de drogas. Sr. Presidente, esse sistema só produz corrupção. Gostaria que V. Exa. nos ajudasse. Há mais de 50 anos existem empresas de ônibus que nunca participaram de concorrência. Minas Gerais não tem dinheiro para pagar sequer aos hospitais o atendimento prestado aos funcionários no interior do Estado. Com muita dificuldade, com o credenciamento, com o aval do Estado, atendem ao funcionalismo sofrido, que vem sendo extorquido por todo o sistema do Governo. Agora o coitado do funcionário público, que carregou nas costas o nosso querido Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está sendo renegado por ele. Em âmbito federal, o sistema de transporte de passageiros é podre. A única concorrência que houve nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso foi de uma linha de ônibus que faz o trajeto de Ubá a Brasília, que tem um único horário por dia. Sr. Presidente, isso rendeu aos cofres da União R\$700.000,00 por dia. Uma linha de ônibus no interior não é vendida com ágio menor que R\$400.000,00, R\$500.000,00 por veículo.

Já fiz vários pedidos de investigação nesta Casa, porque as empresas são usadas durante 10, 15, 20 anos, sonegam INSS, ICMS, como fazem hoje, depois mudam de nome, são vendidas para outra empresa recém-formada, que dá o cano no Governo e no pobre do trabalhador, que o

PT defende tanto. Se não defende, pelo menos andou nas costas do infeliz durante 20 anos para chegar à Presidência da República. Com essa estrutura do Governo do Estado, do Governo Federal, com a proteção da justiça honrada, à qual já elogiei de todas as formas possíveis no mandato passado e no atual, o próprio Ministro quer saber por que está sem credibilidade. Está sem credibilidade porque tem vendedor de sentença lá dentro, Sr. Presidente, tem Desembargador que assina sentença de traficante nas coxas. O Ministério Público é corrupto e vende licenças para maquininhas caça-níqueis.

O Sr. Presidente - Deputado Irani Barbosa, a Presidência pede a V. Exa. que não fuja do objeto do projeto.

O Deputado Irani Barbosa\* - Não estou saindo do objeto do projeto. Apenas estou fazendo uma formação de raciocínio, Sr. Presidente. O objeto da discussão é a propaganda no encosto dos assentos. No lugar onde o passageiro da frente recosta a cabeça, o passageiro de trás ficará lendo as idiotices que serão colocadas. Mas essa idiotice vai render um lucro que não será deduzido do valor das passagens. Então, estou formando um raciocínio para mostrar o que está acontecendo em nível nacional. O Presidente Lula faz isso em suas palestras. Sugiro a V. Exa. que coloque um microfone sem fio para que possamos ficar passeando aqui também.

Mas gostaria de dizer, Sr. Presidente, que o nosso sistema de transportes está podre e que o Estado continua protegendo essa instituição podre, corrupta e sacana, que distribui propinas por todos os cantos. Quero crer que essa propina não esteja campeando também pela nossa querida Assembléia Legislativa. Não quero acreditar que isso esteja acontecendo. Quero crer que os projetos contra o sistema de transportes coletivos têm um programa definido de formações culturais, intelectuais e religiosas e que são fruto de uma vida inteira. São questões que ainda não estão claras para que o Deputado possa adequar-se e formar opinião. Ainda não conseguimos acertar um projeto nesta Casa que chegue a um raciocínio formal e que mostre às pessoas que representam o povo de Minas Gerais que temos quase R\$1.000.000.000,00 a serem arrecadados com essa concorrência do transporte intermunicipal dentro do Estado de Minas Gerais.

Então, Deputado Leonardo Moreira, continuo acreditando que V. Exa. é incompetente, assim como eu e o Deputado João Batista de Oliveira, porque não conseguimos ainda formar um raciocínio decente e lógico, que seja do entendimento desta Casa e de seus grandes pensadores, homens honrados, como dizia o nosso querido Governador Hélio Garcia. V. Exa. tem idade para ser meu filho, fui companheiro de seu pai no Congresso Nacional, e acho que o seu projeto ainda não está dentro do (...) Política é uma coisa discutida, raciocinada, que atende aos princípios básicos do interesse do povo, das pessoas que colocam os Deputados aqui. Acredito que nada esteja acontecendo, a não ser uma formação correta de raciocínio que ainda não se encaixou dentro desse labirinto que é a grande formação técnica dos Deputados fantásticos que conduzem nossas comissões.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao eixo da questão, quero dizer que projetos como esse, de colocar a propaganda no encosto dos assentos de passageiros que pagam uma tarifa... Aliás, gostaria de dizer ao Deputado Leonardo Moreira que sempre me preocupei em saber por que, fazendo uma comparação real, constatamos que uma linha daqui para Teófilo Otôni, se comparada com uma linha interestadual com igual quilometragem, é mais cara.

Não consegui fazer esse raciocínio, porque não sei se o ônibus federal paga menos impostos, ou se o combustível dele é mais barato. Não me lembro se tem algum subsídio para pagamento de motorista, se a peça é mais barata, ou se o ônibus interestadual, conduzido pelo DNER, tem algum benefício. Mas a passagem dele é mais barata por quilômetro que a tarifa do ônibus intermunicipal, conduzido pelo DER.

Sr. Presidente, ocuparei, de vez em quando, a paciência de V. Exa., perdoe-me às vezes a intromissão e a forma que eu tenha de falar, e não me fiz entender por V. Exa., que pensou que eu estivesse fugindo do raciocínio. Mas o meu raciocínio é sobre esse projeto do Deputado Leonardo Moreira que busca a propaganda no encosto de cabeça dos ônibus.

Pela competência de alguns técnicos que temos no DER em Minas, não sei se V. Exa. explicou bem se a propaganda é do lado de trás, onde colocam a cabeça, ou se é na frente de onde o outro coloca a cabeça. Porque, se não explicar direitinho, vão colocar onde o sujeito encosta a cabeça, dado o grau de inteligência e a formação dos nossos técnicos que ocupam cargos de alto escalão nesses lugares que são de importância para o nosso povo.

Em qualquer lugar do mundo, se vai fazer uma curva para a esquerda, ela tem o rodo acompanhando para a esquerda, como se fosse uma pista de corrida. No Brasil, é comum a curva para a esquerda ter o rodo para a direita, o que ajuda o camarada a ir mais depressa para o buraco e para o inferno, com a ajuda de todos, com a corrupção formada pela indústria automobilística, que dá propina para esses técnicos famosos do DER, do DNER, construtores de estradas, com a honestidade e a honradez dos nossos empreiteiros.

Quando falamos em desonestidade, as pessoas às vezes acham graça, mas é um país triste, o país da propina, onde tudo hoje está funcionando com propina. E o coitado do desinfeliz que ganha R\$240,00, graças ao Luiz Inácio Lula da Silva, que deu esse maravilhoso aumento de R\$20,00, um negócio fantástico, vem trazendo para a população algumas questões de descrédito.

Gostaria até de ouvir uma manifestação dos funcionários desta Casa, que obviamente, como todos os funcionários públicos, votaram no PT, se o que está sendo realizado pelo PT está agradando a todos eles. Tenho a certeza de que todos os funcionários terão benefícios com essa eleição do PT. Acredito até que votaram bem, com consciência, com inteligência, com muito raciocínio, e fazem parte daquela turma dos que carregaram o Lula durante 20 anos na cacunda. Devem estar arquejados, com problemas na coluna. Quando fazemos burrice, doem todos esses nervos, dói o pescoço. Acho que funcionalismo público vai ficar com dor no pescoço, nas costas e em outros lugares por mais de 20 anos, graças ao voto que deu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quanto à publicidade no encosto de cabeça, sugiro ao Deputado Leonardo Moreira que não entre com a votação, para que o aperfeiçoássemos, explicando de que lado do encosto da cabeça a propaganda irá e que tamanho pode ter. Porque podem colocar um "outdoor" atrás do banco e não terá jeito nem de o cidadão passar no corredor do ônibus. Há uma série de coisas em que temos de ser muito explícitos, porque, senão, as pessoas podem até se confundir.

Sugiro que esse recurso das concorrências dos transportes coletivos sirva para pagar esses débitos que ficarão na conta do "Abreu"; se ele não pagar, V. Exa. também não pagará, igual a essa do IPSEMG, que vai ficar ao-deus-dará. Acreditamos que, com a competência e o carinho que o Governador Aécio Neves tem pela vida pública e pelo Estado de Minas Gerais, vai arranjar uma solução.

A solução está na cara, está nesse pagador de propina. Pagaram propina a tantos outros Governos passados para não terem as concorrências executadas, para não pagarem taxas. Uns já foram isentos de ICMS a título de baratear a tarifa que está cada dia mais cara. Na planilha consta o pagamento das taxas de impostos. Todos dão o cano.

Gostaria que V. Exa. nos ajudasse nesse pobre raciocínio que acabei de fazer, pois tem muita vontade de vencer esse poder podre, que é hoje o poder do sistema de transporte em Minas Gerais, poder corrupto, corrompido, corrompedor, destruidor de nossas instituições, que poderiam ser exemplares.

Peço aos queridos companheiros do PT que nos ajudem nessa luta insana, porque o dinheiro está campeando para essa turma e, dessa forma, prejudicando o povo de Minas Gerais, sobretudo o funcionalismo público, que vê seus já parcos vencimentos sendo reduzidos, em nome de uma pretensa redução dos salários dos marajás. Isso sem falar no desinfeliz aposentado que arca com preços absurdos de remédios e de hospitais e tem de se submeter à porca assistência de saúde promovida pelo SUS, que, aos trancos e barrancos, o IPSEMG tem tentado levantar. Sabemos que o nível continuará chegando a patamares assustadores.

Encerro meu pronunciamento fechando o raciocínio inicial. Deputado Leonardo Moreira, para não correr o risco de ser rejeitado, o projeto da publicidade deveria ser retirado. Do jeito que as coisas vão, não acredito que tenha atendido ao raciocínio dos intelectuais desta Casa, que fazem a formação de opinião pública.

Sr. Presidente, que promovamos nesta Casa um seminário com o objetivo de promover a concorrência de transporte de ônibus. Afinal, há 30 anos a situação permanece, e alguns ainda querem mantê-la por mais 30, de modo que os apaniguados continuem levando vantagem, lesando o Estado e os cidadãos de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 33/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/8/2003

#### Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de requerimentos: Requerimento nº 527/2003; aprovação - Requerimento nº 618/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimentos nºs 653, 657 e 770/2003; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 740/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 105/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 527/2003, da Comissão do Trabalho, solicitando ao Presidente da CEMIG informações sobre empresas prestadoras de serviços ao órgão e sobre a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças na contratante e nas contratadas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 618/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando ao Secretário da Fazenda informações sobre as reduções e

alterações de carga tributária do ICMS atualmente em vigor, especificando as leis, decretos e convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 618/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 653/2003, da Comissão de Segurança Pública, solicitando ao Comandante-Geral da Polícia Militar informações sobre os equipamentos da corporação, especificados por município. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 657/2003, do Deputado Célio Moreira, solicitando à Secretaria do Planejamento o envio a esta Casa do relatório final da comissão constituída pela Resolução nº 3/2003 para apurar irregularidades no concurso para o cargo de Servicial da Secretaria da Educação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 770/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada, solicitando ao Presidente do Tribunal de Justiça esclarecimento sobre os motivos pelos quais tem essa Corte de Justiça deixado de cumprir os preceitos constitucionais e dispositivos legais que dizem respeito à remuneração dos Juizes de Paz de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

## 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 33, 44, 75, 104, 174, 411 e 738/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã, bem como o Projeto de Lei Complementar nº 21/2003, que, na mesma reunião, teve sua discussão adiada por 5 dias.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 740/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goianá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 740/2003 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Defesa do Consumidor disponível para consulta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 105/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 21, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública, em 3/7/2003

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Mauro Lobo, Célio Moreira e Roberto Carvalho, membros da Comissão de Direitos Humanos; Célio Moreira, Leonardo Moreira e Roberto Carvalho (substituindo este ao Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Segurança Pública. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Carvalho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação do Projeto Tolerância Zero no hipercentro de Belo Horizonte e registra a presença do Cel. PM Genedempsey Bicalho Cruz, Secretário Municipal da Coordenação de Gestão Regional de Venda Nova e representante do Sr. Fernando da Mata Pimentel, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; do Sr. José Batista Marcos, Presidente da Associação dos Comerciantes do Centro de Belo Horizonte; do Maj. PM Aroldo Pinheiro de Araújo, Comandante da 6ª Companhia da PMMG e responsável pelo hipercentro; e do Sr. Lincoln Pereira Nascimento, psicólogo e Presidente do CONSEP - Hipercentro de Belo Horizonte. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Roberto Ramos - Célio Moreira - Mauro Lobo - Chico Simões.

### ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular, em 7/8/2003

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da Proposta de Ação Legislativa nº 3/2003, para a qual designou

relator, em turno único, o Deputado Mauro Lobo. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 3/2003, que recebeu parecer por seu acatamento e pela realização de audiência pública. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação é aprovado requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita a realização de audiência com o Secretário de Planejamento e Gestão, com a finalidade de discutir o processo de participação na elaboração do PPAG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2003.

André Quintão, Presidente - Adalclever Lopes - Mauro Lobo.

#### ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 13/8/2003

Às 9h40min, comparecem no Clube Social Trinta e Três, no Município de Santa Luzia, os Deputados Durval Ângelo, Mauro Lobo e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a exploração e os maus-tratos contra idosos por parte de asilos no Município de Santa Luzia e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. José Francisco da Silva, Ouvidor da Polícia do Estado, convidando para encontro técnico a ser realizado em 8/8/2003, na serra da Piedade, em Caeté; e Nelson Cândido Serafim, ex-Soldado PM, do dando ciência de denúncia de abuso de autoridade formulada contra o Cap. João Jair Teixeira. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (2), em que solicita a realização de audiência pública para debater a situação dos refugiados africanos no Brasil, bem como sua integração na sociedade; seja agendada visita à direção da FIAT Automóveis para tratar da demissão do Sr. Juarez da Silva Chaves; Roberto Ramos, em que pleiteia sejam solicitadas ao Delegado de Polícia de Santa Luzia fotocópias dos inquéritos policiais, em curso ou já encerrados, relativos a exploração e maus-tratos contra idosos em asilos. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença do Sr. Ubiratan Rodrigues, Promotor de Justiça da Comarca de Santa Luzia; da Sra. Rita de Cássia Januzzi, Delegada de Polícia de Santa Luzia, representando o Sr. Islande Batista, Delegado da Seccional de Santa Luzia; do Sr. Lacy Carlos Dias, Vereador à Câmara Municipal de Santa Luzia, representando a Sra. Ivani Mariana, Presidente da Comissão de Direitos do Homem e da Mulher da Câmara Municipal de Santa Luzia, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Roberto Ramos, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2003.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Célio Moreira.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde, em 20/8/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Doutor Viana e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Chico Simões. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente designa o Deputado Fahim Sawan como relator do Projeto de Lei nº 621/2003, no 1º turno, e avoca para si a relatoria do Projeto de Lei nº 2/2003, no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente solicita ao Deputado Neider Moreira que proceda à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 138/2003, no 1º turno, no qual conclui pela aprovação do projeto. Submetido à discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente solicita ao relator, Deputado Fahim Sawan, que proceda à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 150/2003, no 1º turno, no qual conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 apresentada. Faz uso da palavra, para discutir, o Deputado Neider Moreira. Submetido a votação, é o parecer aprovado. A Presidência passa a palavra ao Deputado Doutor Viana, relator do Projeto de Lei nº 545/2003, no 1º turno, o qual emite parecer pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Fazem uso da palavra, para discutir, todos os Deputados. Submetido à votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.034, 1.050 e 1.106/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja enviado ofício, em nome desta Comissão, à Frente Parlamentar da Saúde no Congresso Nacional, com vistas ao fornecimento direto de medicamentos aos pacientes da doença de Gaucher, mediante cadastro a ser feito pelo Ministério da Saúde; da Comissão de Saúde, em que solicita ao Presidente da ALEMG sejam mantidas a Presidência e a composição da Comissão de Saúde desta Casa, visto que a mesma demonstra, neste momento, habilidades e entrosamento necessários à melhor condução dos trabalhos e por ter sido eleita para um período de dois anos; do Deputado Neider Moreira, em que solicita seja marcada audiência dos membros desta Comissão com o Governador do Estado, para discutir a liberação de créditos, para a área da saúde, referentes ao último trimestre de 2002, conforme projeto que abre crédito especial já aprovado pelo Plenário desta Casa; do Deputado Biel Rocha, em que solicita audiência pública desta Comissão com a Comissão de Turismo, Indústria e Comércio para discutir e analisar o Projeto de Lei nº 158/2003, do Deputado Rogério Correia, que estabelece normas específicas para o licenciamento de Estação de Rádio-Base (ERB), microcélulas de telefonia celular móvel e fixa e equipamentos no Estado, com os convidados relacionados. O Presidente submete a votação o requerimento do Deputado Roberto Ramos, em que solicita seja agendada audiência pública no Município de Santa Luzia, para discutir a situação precária da saúde naquele município. Submetido a votação, é o requerimento rejeitado. A Presidência registra a presença do Vereador Geraldo Teixeira Costa, Presidente da Câmara Municipal de Capitólio, e do Sr. Antônio Carlos de Oliveira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2003.

Ricardo Duarte, Presidente - Fahim Sawan - Neider Moreira.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 26/8/2003

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 119/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.135 e 1.188/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.136/2003, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 27/8/2003

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 223/2003, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 25/8/2003, em comemoração ao bicentenário de nascimento do Duque de Caxias e ao Dia do Soldado.

Palácio da Inconfidência, 22 de agosto de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 664/2003

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a ceder, em regime de comodato, à Fundação Cultural Marina Lorenzo Fernandez o prédio do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 1º/5/2003, foi a matéria encaminhada a esta Comissão para ser analisada quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Os contratos celebrados pela administração pública, no que tange ao regime jurídico, podem ser de direito privado, como a compra e a venda, a doação e a permuta, regidos pelo Código Civil, cujos comandos, "in casu", são parcialmente derogados por normas publicistas e pelos contratos administrativos.

Entendemos ser isso possível porque à administração deve estar garantida a possibilidade de uma contratação que lhe seja mais vantajosa, sempre visando ao interesse público. Deve ela, portanto, dispor de todas as modalidades de ajustes previstas no nosso ordenamento jurídico.

O comodato, por sua vez, é contrato gratuito, "intuitu personae", em que uma das partes cede a coisa gratuitamente à outra para seu uso, com estipulação de que será devolvida em sua individualidade. A temporariedade é da substância do contrato, que só se configura com a condição de que a coisa emprestada seja devolvida após algum tempo. Do contrário, estaríamos diante de uma doação.

Uma parte da doutrina jurídica entende poder ser o contrato de comodato utilizado pela administração pública. Outra entende que não e que tal ajuste tem correspondente no direito administrativo, ou seja, o contrato de concessão de uso, quando gratuito, substitui perfeitamente o

contrato de comodato.

Por outro lado, embora não seja a forma de contratar pretendida pelo projeto de lei a mais adequada, devemos atentar ainda para outro aspecto muito importante quando da celebração de qualquer avença com os bens de domínio público. Se ele tiver destinação específica, seja afetado ao uso comum do povo ou a uso especial, ele passa a ser inalienável, imprescritível, impenhorável, estando, portanto, fora do comércio jurídico, principalmente dos contratos de direito privado. Assim, o imóvel de que trata a autorização ora examinada, afetado ao uso do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez, não pode ser objeto do contrato que se pretende autorizar, porque já tem destinação específica e não possibilitaria ao contratante o uso da coisa conforme sua natureza.

Em vista da impossibilidade de se contratar com o bem especificado pelo projeto de lei sob comento e sob a forma pretendida pelo autor da matéria, é injustificável a edição da norma em questão, porque não inova o universo jurídico e não gera direitos e obrigações.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade do Projeto de Lei nº 664/2003.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2003.

Durval Ângelo, Presidente e relator - Gilberto Abramo - Ermano Batista.

### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 21/8/2003, as seguintes comunicações:

Da Deputada Maria Olívia, notificando o falecimento do Sr. Afonso Mateus Borges, ocorrido em 19/8/2003, em Lagoa da Prata. (- Ciente. Oficie-se.)

Da Deputada Maria Olívia, notificando o falecimento do Sr. Olavo Batista Leite, ocorrido em 16/8/2003, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Sidinho do Ferrotaco, notificando o falecimento do Sr. Sebastião de Oliveira Cintra, ocorrido em 19/8/2003, em São João del-Rei. (- Ciente. Oficie-se.)

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA

##### Discursos Proferidos em 19/8/2003

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, resalto a importância do evento ocorrido ontem em Pouso Alegre, onde estiveram presentes vários Deputados desta Casa. Lá foi dada uma aula de democracia pelo Governador Aécio Neves e pelo Presidente Lula. Vemos que a política está mudando, a conscientização e o amadurecimento da classe política estão se aperfeiçoando. Todos sabemos da importância da conclusão da BR-381, que fora prometida em anos anteriores, mas somente agora estão sendo liberados os recursos. Tenho a certeza de que esse corredor de transportes - que não servirá apenas aos mineiros, mas aos brasileiros - se transformará em marco de desenvolvimento industrial deste País.

Embora sejamos de partidos diferentes, vejo na pessoa do Governador Aécio Neves e do Presidente Lula grande afinidade na busca dos interesses do Estado. Assisti à iniciativa do Governador, ainda no período de transição, de trazer o então Presidente eleito a Minas Gerais, em especial a Araxá, oportunidade em que foram debatidas, com os Governadores eleitos do PSDB, questões importantes. Sob a liderança do Governador Aécio Neves, discute-se a melhor distribuição de recursos, principalmente os provenientes dos combustíveis, dos quais se garantiu parcela para os Estados. Sinalizou-se quanto à possibilidade de levar parte dos recursos da CPMF para o CMF. Se isso acontecer, mais uma vez o Governador dará importante passo, não só trazendo mais recursos para o Estado, mas para ajudar os municípios mineiros que estão à beira do caos, da falência.

No encontro que será promovido pela Assembléia Legislativa no próximo dia 26, quando esperamos contar com a presença de todos os Prefeitos, Vereadores, lideranças políticas e entidades representativas dos municípios de Minas Gerais, objetivaremos descobrir o melhor caminho para avançar, conseguir recursos para nossos municípios. No encontro com o Presidente, pudemos contar também com a presença do ex-colega Deputado Anderson Aduato, hoje Ministro dos Transportes. Ressalte-se a importância de termos um mineiro à frente de tão expressivo ministério, condição que, sem dúvida, contribui para a liberação dos recursos destinados à obra da BR-381. Mais do que para relatar tudo isso, o motivo pelo qual ocupo esta tribuna é ressaltar o que foi dito ontem pelo Presidente Lula.

O dinheiro é escasso, o que requer seu gerenciamento. É preciso ter uma administração de todos os municípios no País. E ele dizia que, no Brasil, existem várias obras iniciadas e não concluídas. Foram citados, como exemplo, os metrô de Belo Horizonte, Fortaleza e do Rio Grande do Sul. A cada ano, por iniciativas das bancadas de cada Estado, aloca-se, no orçamento, recursos para ampliar e tentar concluir a obra desse importante corredor de transporte de massa, subsidiado, mas que não é concluído.

Em Minas Gerais, há mais de 20 anos, iniciou-se um projeto para o qual se esperava conclusão imediata, mas que se arrastou ao longo do tempo. Tivemos a presença do Dr. João Luís, da CBTU, na Comissão Especial, para tratar da conclusão do metrô, o qual jogou um balde de água fria em todos, principalmente nos membros da Comissão, quando disse que a conclusão da obra do metrô poderia demorar 40, 50 anos. Mas ontem, na fala do Presidente Lula, senti que existe esperança: a de não levar recursos para vários metrô, mas priorizar aquele que é mais importante. E, na sua fala, ele deu a entender que o metrô de Belo Horizonte é o que mais precisa de ser concluído, pois já se arrasta ao longo dos anos. Trata-se de uma obra importante, que traz para Minas Gerais essa grande esperança.

O Deputado Roberto Carvalho (em aparte) - Gostaria de parabenizá-lo. Assistimos em Pouso Alegre, ontem, a uma aula de como deve ser a política no Brasil. Todos os interesses e forças políticas têm de convergir para que o Brasil possa readquirir sua condição de um país decente, justo, que se desenvolve e gera empregos. E o que for do interesse de Minas, nós, que somos da Bancada da Oposição, estamos sempre

prontos a apoiar.

O Presidente Lula e o Governador Aécio Neves deram, como V. Exa. acaba de falar, essa lição, mais uma vez. Temos um Governo Federal comprometido com Minas, ao contrário do que foi feito em outros anos. Mas não estamos preocupados com o passado, que deve representar momento de aprendizagem. Devemos marchar para frente.

Quanto ao metrô, Deputado Ivair Nogueira, V. Exa. está coberto de razão. Ele é o mais antigo do Brasil, com mais de 21 anos de obra, sem conclusão. Já deveria estar vindo de Betim. O Barreiro deveria estar pronto. Deveríamos estar discutindo os outros ramais, mas nem a primeira etapa foi concluída.

O Presidente Lula, durante a campanha, foi o único candidato que recebeu do Comitê Suprapartidário Popular Pró-Metrô a reinvidicação, não só de Belo Horizonte, mas também da Região Metropolitana, para que fosse priorizado nosso metrô. Todos os outros candidatos receberam e sequer mencionaram esse compromisso. E ele reafirmou seu compromisso ontem, em Pouso Alegre, não só para o Governador, mas também para todos os mineiros.

V. Exa. está absolutamente correto. A luta do metrô não é só de um partido, mas de todos nós. Ele é fundamental para resolver o problema da nossa Região Metropolitana. Precisa sair de Confins e resolver o problema do nosso aeroporto. Sair de Betim, entrar em Neves e outras cidades. O nosso metrô sairá do papel, pois o Presidente Lula assumiu o compromisso de, no seu Governo, terminar essas etapas, e já temos o projeto e o início das outras etapas.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Prestei atenção nas palavras ditas por V. Exa. e pelo Deputado Roberto Carvalho, majoritário em Belo Horizonte, expondo suas preocupações no tocante às obras do metrô. São preocupações suprapartidárias, divididas por todos nós.

O Presidente Lula anunciou, ontem, que priorizará as obras do metrô. Está se redimindo do erro que cometeu no início do mandato, quando cortou 85% do orçamento do Ministério das Cidades, que administra a CBTU, órgão que constrói o metrô de Belo Horizonte. Cortou, conseqüentemente, quase a totalidade da verba destinada às obras do metrô. Deveria ter feito isso antes, visto que é obra reclamada por todos os mineiros, e não após oito meses de governo. Espero que nos quatro meses restantes do ano destine os recursos para a finalização da sinalização da Estação Vilarinho.

Infelizmente teremos de deixar a questão do Barreiro mais para a frente. Tomara que não. Tomara que esteja errado, mas vamos, pelo menos, priorizar a questão da sinalização da Vilarinho, para ligarmos o metrô até Venda Nova. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento o Deputado Ivair Nogueira, que mora em Betim, pelo pronunciamento oportuno quanto às ações do Presidente junto ao Governo do Estado, unindo esforços suprapartidários, pensando no povo mineiro.

Muitos recursos estavam no orçamento, mas não disponíveis para as obras. Dessa forma houve, no início do ano, necessidade de que o Governo Lula suspendesse temporariamente as obras.

Uniremos esforços em Betim. A Deputada Maria do Carmo tem tido várias iniciativas nesse sentido. Sabendo da preocupação de V. Exa., queremos somar esforços para que o metrô vá até o Barreiro e até Betim o mais breve possível. Isso não é possível só com recursos municipais, conforme muitos têm dito. É preciso recurso federal.

O Deputado Ivair Nogueira - O orçamento do Governo Lula será elaborado este ano. Ele terá a oportunidade de apresentar sugestões a respeito das obras que pretende fazer. Cumprimento o Deputado Roberto Carvalho, pois trouxe à discussão o plano diretor da Região Metropolitana.

A RMBH deve ter um órgão capaz de gerenciar, planejar e executar os projetos. O transporte coletivo é discutido pela CBTU, pelo DER e pelas empresas de ônibus, não havendo quem tenha a palavra final. Vimos o crescimento desordenado por falta de planejamento. Comungo com os ideais da proposta do Deputado Roberto Carvalho. A RMBH tem assuntos comuns, como transporte coletivo, tratamento da água, coleta de lixo e vários outros, que só serão resolvidos se tratados como se fossem parte de um grande consórcio.

Teremos oportunidade para um grande debate. A RMBH precisa colocar isso em pauta. Faço uma denúncia: temos na alça rodoviária o grande exemplo do dinheiro público mal aplicado. Temos uma alça que não foi concluída. Trarei, numa próxima oportunidade, os números de uma obra que nos foi deixada inacabada, mostrando como o dinheiro público foi jogado fora. Essa alça interligará a BR-381 à Via Expressa, em Betim, que se encontra sem ligação nenhuma. Quero debater esse assunto com os colegas, pois é de fundamental importância e vai ao encontro do que o Ministro e o Presidente da República prometeram: dar prioridade às obras inacabadas.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Ana Maria - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a respeito do pronunciamento do colega que me antecedeu, lembro o que foi dito textualmente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Pouso Alegre, ao nosso Governador: "Aécio, dê-me uma cópia do PPP, para que possa levá-la a Brasília, pois quero entregá-la ao Ministro Mantega". Disse, ainda, que esse projeto está excelente.

O assunto que nos traz à tribuna é a dificuldade de acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior, o que configura um problema muito sério, levando-se em conta que a educação representa, antes de tudo, um instrumento de promoção da cidadania, consistindo também em ferramenta fundamental para o desenvolvimento e a inserção competitiva de qualquer nação no mundo.

As famílias que auferem renda de até três salários mínimos por mês representam 40% de nossa população, mas respondem apenas por 5% das matrículas no ensino superior. Com efeito, os anos 90 foram marcados por avanços significativos no que se refere à universalização do ensino fundamental e médio no Brasil, o que não ocorreu com o ensino superior. Ao contrário, o sonho do brasileiro da camada mais pobre de chegar à universidade continuava tão distante no final da década de 90 quanto era no seu início, apesar do aumento da oferta de vagas.

Infelizmente, aqueles que podem freqüentar cursinhos, que têm ambiente apropriado em casa para estudar - a camada mais rica -, vão para a universidade pública estudar de graça. São considerados a elite econômica e intelectual brasileira. É hora de verificarmos o papel das nossas universidades públicas, o papel que devem exercer para, de certa maneira, atender à parcela mais pobre da população que conclui o ensino médio público.

Preocupada e comovida com essa situação, apresentei a esta Casa uma proposta que reserva 50% das vagas da UNIMONTES para os alunos carentes da rede pública do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri. Segundo estudos realizados pelo MEC, em 1996, 74% dos inscritos nos vestibulares das universidades estaduais eram alunos da rede pública, enquanto que os 26% restantes eram originários da rede privada de

ensino médio. No entanto, ao observarmos os resultados, verificamos que 55% dos aprovados eram oriundos das escolas de ensino privado, e apenas 45% vinham das escolas de ensino público.

Essas distorções no acesso ao ensino superior constituem perverso mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Como o ensino superior público só é acessível aos mais ricos, cria-se o nefasto círculo vicioso em que os mais pobres não conseguem estudar, por isso não conseguem sair da pobreza. Em face dessa injustiça do quadro reinante, algumas iniciativas começaram a ser articuladas em vários Estados brasileiros. Em Brasília, discutem-se as cotas para os negros; o Rio de Janeiro reservou 50% das vagas no último vestibular para alunos da rede pública. Dessas, 40% são para os negros.

Essas iniciativas são meritórias e representam inegável avanço no combate à discriminação e às desigualdades. As ações em curso são alvo de duras críticas por parte de setores que defendem o prosseguimento da elitização do nosso ensino superior. Alegam que a política de cotas configura medida discriminatória em detrimento dos brancos, dos egressos da escola privada ou dos candidatos de maior renda. Na verdade, as cotas não apenas são legais, como já se incorporaram ao cotidiano brasileiro. Elas beneficiam, por exemplo, portadores de deficiências - que têm vagas reservadas nos concursos públicos - e as mulheres, a quem são assegurados 30% das vagas nas listagens a cargos eletivos, formuladas por partidos políticos. O próprio Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho definiram cota de 20% para os negros na contratação de funcionários, e jamais se soube de qualquer contestação dessas políticas.

Indo mais longe, basta lembrar que a Constituição Federal está repleta de dispositivos que determinam a chamada "discriminação positiva", ou seja, propõem um tratamento diferenciado, porém, em prol da igualdade. Incluem-se nesse caso os tributos diferenciados, a Defensoria Pública, proteções diversas ao índio, à criança e ao adolescente. Afinal, isonomia não quer dizer necessariamente igualdade de tratamento, mas de oportunidades.

A situação atual - esta sim - é altamente discriminatória. O ensino superior nas instituições públicas não pode continuar sendo privilégio dos mais ricos, mecanismo de perpetuação e de agravamento das desigualdades sociais. O intuito do meu projeto é induzir, em médio prazo, uma significativa distribuição de renda, haja vista que, com sua aprovação, teremos a inclusão de milhares de jovens no sistema público de ensino superior.

Vale ressaltar que o mérito acadêmico, como critério constitucionalmente determinado de acesso ao ensino superior, ficará integralmente preservado, pois, dentro dos 50% das vagas que serão destinadas ao segmento de baixa renda, serão admitidos aqueles que melhor classificação obtiverem no exame vestibular.

O meu projeto tem como objetivo oferecer às classes mais baixas - ao filho do pedreiro, do gari e outros - condições de ascensão similares àquelas de que gozam os filhos de classes abastadas, ou seja, a oportunidade de expressar e desenvolver talentos e vocações.

As estatísticas evidenciam que os filhos das camadas médias e altas da sociedade se apropriam atualmente da maioria esmagadora das vagas nas instituições públicas de ensino superior. Ao trabalhador só restam as faculdades pagas, onde pode estudar à noite, caso suporte o custo das mensalidades.

É preciso inverter essa tendência, pois a sociedade brasileira tem muito a perder com a persistência do atual quadro de desigualdades. A exclusão social e econômica é intolerável. Milhões de brasileiros estão privados do direito de competir em igualdade de condições, em virtude da sua situação de pobreza ou da cor da sua pele. Muito obrigada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos, telespectadores da TV Assembléia, assessores desta Casa.

Ocupo esta tribuna para manifestar e ratificar a alegria do Sul de Minas, por ter recepcionado ontem o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Governador Aécio Neves, o Ministro dos Transportes Anderson Adauto, parlamentares estaduais e federais e Secretários de Estado. A região, sem dúvida, sentiu-se engrandecida, nesse momento histórico, por recepcionar e acolher ilustres figuras políticas do cenário nacional.

Contamos com a presença de mais de 300 Prefeitos de Minas Gerais e de São Paulo, compartilhando desse momento extraordinário e ímpar, em que o Presidente Lula determinou a continuidade das obras do maior eixo de comunicação rodoviário do Brasil, a Fernão Dias.

Ouvimos as palavras firmes, sinceras e corretas do Governador Aécio Neves, cobrador vigilante e defensor do pacto federativo, quanto à distribuição de recursos para os municípios. Manifestou publicamente sua preocupação com relação à reforma tributária. Esse importante projeto para o Brasil encontra-se em fase de discussão.

Naquele instante, o Governador Aécio Neves, sempre preocupado com os problemas de Minas Gerais e do Brasil, pôde, pelo sentimento e conhecimento de grande parlamentar, cobrar do Presidente Lula que Minas Gerais tenha voz e direitos garantidos na reforma tributária. Por isso ratifico as palavras do Deputado Ivair Nogueira, que se preocupa com o Estado, ao Presidente Lula.

Foi um dos momentos históricos para a região Sul de Minas, que, há mais de 10 anos espera, aflita, pelo término da Fernão Dias e para a recuperação da BR-459, que liga Itajubá a Poços de Caldas. Agradeço publicamente ao Ministro Anderson Adauto, que tanto se empenhou pela recuperação desse trecho rodoviário.

Outro assunto me traz à tribuna. Estamos alegres porque recebemos, nas Comissões de Administração Pública e de Assuntos Municipais, no último dia 13, quase 90 Prefeitos e autoridades. Trouxeram-nos suas preocupações, sentimento e angústia em decorrência da dificuldade vivida pelos municípios e reivindicaram o cumprimento do pacto federativo. No próximo dia 26, continuaremos a discussão, com a presença maciça dos Prefeitos, para que esta Casa, em gesto de dever para com o povo mineiro, acompanhe as reivindicações. Nessa fase derradeira, encontrando-nos com o grande mineiro Virgílio Guimarães, sensibilizaremos S. Exa. para que sejam satisfeitos os anseios dos municípios mineiros na reforma tributária.

Portanto, convoco Prefeitos e parlamentares a se reunirem no dia 26, em momento memorável, para que esta Casa seja solidária aos Prefeitos. Firmada e formada, independentemente de cor partidária e região, nossa caravana sairá em defesa do municipalismo, já que o município representa a célula "mater" do Estado. Temos de garantir recursos financeiros a todos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Parabenizo seu pronunciamento, principalmente na jornada em favor de solução ou maior transparência no relacionamento arranhado dos municípios com a União. Também o cumprimento por elogiar publicamente o Ministro Anderson Adauto.

O Ministro Anderson Adauto, acima de tudo, demonstra competência e conhecimento, pois sabe o que ocorre não só em Minas Gerais, mas também no País. Aliás, sua postura é invejável. Não raras vezes, deparamo-nos com o Ministro, em audiência com o Presidente Lula,

mostrando a realidade da malha viária brasileira, principalmente de Minas Gerais. Anderson Aduino ajuda-nos a continuar o trabalho de recuperação da BR-381, importante rodovia que liga Minas a outros Estados do Brasil. Parabéns pelo trabalho que realiza, visando à recuperação de outras rodovias federais, também importantes, que se encontram sucateadas tanto no Sul, como é do nosso conhecimento, quanto no Norte, que V. Exa. conhece muito bem.

Agendamos audiência com o Ministro para a semana que vem, em Brasília. Convido V. Exa. para irmos a essa cidade mostrar a importância e a necessidade de assegurar recursos para 2003 e, principalmente, 2004, a fim de que sejam recuperadas as rodovias federais. Se assim não for, amargaremos, principalmente no período chuvoso, a dramática situação dos motoristas.

Digo ao povo mineiro que, mais uma vez, estaremos em Brasília para pedir a recuperação da BR-135 e da BR-369, tão bem defendidas por V. Exa. no ano passado. Esperamos sair com resultado altamente positivo, pois confiamos plenamente no Ministro Anderson Aduino. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Saúdo a Deputada Ana Maria, que trouxe a esta tribuna assunto importante sobre o ensino superior. Entretanto, vou mais além. O financiamento do ensino aos alunos do curso superior me preocupa. Quantos Deputados e Deputadas recebem, de suas bases, solicitação de intervenção para a obtenção do FIES? Sabemos perfeitamente que não se trata de escolha política. Precisamos, porém, conhecer o mecanismo de seleção.

Desde quando assumimos o 1º mandato promovemos constantes debates. Certa vez, escrevemos artigo dizendo que o FIES é um verdadeiro engodo aos estudantes superiores. Novamente denunciamos, de maneira clara e veemente, como tem sido o atendimento de milhares de pedidos dos alunos para o crédito educativo.

Há pouco tempo, quando o Deputado Paulo Piau presidia a Comissão de Educação, apresentamos discussão ampla para conhecer, de perto, o verdadeiro funcionamento e mecanismo para o atendimento do FIES. Para a nossa surpresa, não houve absolutamente ninguém do Governo Federal e, muito menos, da CEF, para explicar à Comissão os critérios básicos para o atendimento do FIES.

Protocolamos novo requerimento à Comissão de Educação, para que se desloque a Brasília e, efetivamente, conheça os critérios, os atendimentos e, particularmente, as escolas superiores cadastradas no FIES. Sabemos perfeitamente que a intenção do Governo Federal é conceder aos alunos qualidade de ensino de Primeiro Mundo. Porém, em contrapartida, deve propiciar, no mínimo, atendimento, parcelamento e crédito, para que o aluno possa, mediante o aval de seus pais, parentes e amigos, custear seu ensino.

Há informações de que pouquíssimas escolas superiores de Minas Gerais aderiram ao programa FIES.

Quero lançar essa preocupação, porque o programa existe. A CEF tem se comunicado reiteradamente com as universidades, para aderirem ao programa, mas poucas têm tido o interesse de apresentar quantas vagas poderão ser disponibilizadas, trazendo aos alunos grande expectativa e, para aqueles que não têm condições de arcar com seus estudos, constrangimento. É necessário que nossa Comissão reaja neste momento, porque está terminando, no próximo dia 22, o prazo de inscrição para os alunos do Estado. Queremos, Sr. Presidente, que esta matéria seja tratada em regime de urgência, porque temos milhares de alunos aguardando a relação das universidades que fazem parte do programa do Crédito Educativo.

Tenho certeza de que a Comissão de Educação desta Casa, juntamente com a Mesa Diretora, conseguirá audiência em Brasília, com o Sr. Ministro da Educação, para que este assunto seja tratado com absoluta seriedade. Os Deputados não conhecem a exata dimensão do prejuízo causado aos alunos pela falta de disponibilidade de vagas para o Crédito Educativo. As informações não correspondem, em nenhum momento, à realidade. Nossa Comissão estará presente em Brasília para garantir vagas aos nossos alunos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, todos que nos acompanham das galerias, estou aqui para falar de uma matéria publicada no jornal "O Tempo", dia 16 último, dando-nos conta de que o Governo de Minas ainda tem para receber R\$377.000.000,00, denominados "ativos parte ruim", oriundos das privatizações do BEMGE e do CREDIREAL. Fiquei muito feliz com o teor dessa reportagem, pois, decididamente, com a colaboração dos demais pares da administração passada, pude contribuir para que o Governo recuperasse R\$520.000.000,00. E, apesar de não podermos estimar data precisa, ainda recuperará mais R\$377.000.000,00. O que bastou para mim foi que o Projeto de Lei nº 279/99, que apresentei no meu primeiro mandato, foi o passo inicial para a criação da Lei nº 13.439, que autoriza o Poder Executivo a negociar e a alienar os direitos, os créditos e os bens imóveis da extinta MinasCaixa e os adquiridos pelo Estado no processo de alienação das ações representativas do controle acionário do CREDIREAL e do BEMGE, além de outras providências.

Esse projeto, de minha autoria, foi melhorado e teve seus objetivos ampliados pelas comissões da Casa. O projeto autorizava a negociação das dívidas com grande redução de valores, para compensar os juros exorbitantes cobrados na época, o que beneficiaria - e beneficiou - os devedores, possibilitando a realização de acordo para que, então, efetuassem o pagamento. Fico contente por saber que meu trabalho parlamentar nesta Casa está rendendo frutos, ajudando muitos a acertarem suas dívidas, beneficiando-se dessa lei. Cumprimos, assim, mais uma vez o nosso compromisso com os nossos eleitores.

Quanto a essa lei, é bom informar às pessoas que ainda têm dívidas remanescentes desses três Bancos que eram do Estado, a extinta MinasCaixa, o BEMGE e o CREDIREAL, que devem procurar o BDMG, porque as condições que favorecem o entendimento e o acerto são extremamente facilitadas, para que cada uma acerte definitivamente suas dívidas e possa ter regulamentada sua situação nesse aspecto.

Outro assunto de grande importância é uma correspondência enviada pela Plantar S.A., empresa especializada na cultura do eucalipto, à Comissão de Meio Ambiente, há cerca de dois meses, em que a empresa declara-se inocente em relação às acusações debatidas na reunião da Comissão de Meio Ambiente do dia 18 de junho deste ano. Segundo a Plantar, as condições de trabalho oferecidas por ela sempre se pautaram pela dignidade, pela integridade, pelo respeito e pela valorização do ser humano. A empresa oferece benefícios sociais aos seus empregados e cumpre rigorosamente a legislação trabalhista, sendo regularmente fiscalizada pela Delegacia Regional do Trabalho; mantém diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; é certificada pela ISO 900 e é considerada, pela Fundação ABRINQ, uma empresa amiga da criança.

Cita a referida correspondência que a Plantar, em parceria com o Fundo Protótipo de Carbono do Banco Mundial, foi a primeira empresa brasileira a implementar um Projeto de Créditos de Carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL -, do Protocolo de Kyoto, localizado na região de Curvelo.

Por fim, a Plantar convida os membros da Comissão de Meio Ambiente a visitar sua unidade do Projeto de Créditos de Carbono, na região de Curvelo.

A referida correspondência chamou a minha atenção, principalmente pelo fato de que sou majoritário em toda a região de Curvelo, conheço as

instalações daquela empresa e sei que, recentemente, uma ONG com escritório no Uruguai apresentou relatório equivocado sobre o trabalho desenvolvido pela Plantar, que foi amplamente defendida pelas autoridades, pela imprensa e por seus empregados.

Complemento meu relato dizendo que conheço bem o trabalho desenvolvido pela Plantar na região de Curvelo, empresa que sempre mereceu nosso respeito e apoio. A Plantar é parceira em várias atividades realizadas pela administração municipal da minha terra. Portanto, conclamo os Deputados da Comissão de Meio Ambiente a visitá-la. Certamente gostaria de acompanhá-los, para atestar a veracidade das declarações dessa empresa, respeitada nos vários Estados onde atua e gera cerca de 7 mil empregos diretos. Não tenho autorização para defendê-la, mas digo isso por conhecê-la bem. Se fosse o contrário, seria o primeiro a relatar e pedir providências à nossa Comissão. A Plantar está convidando-nos, e reforço o convite. A Comissão está cumprindo o seu papel, pois deve pesquisar toda informação recebida. Acompanharei os colegas com o maior prazer, para ver de perto o trabalho exercido por essa empresa, que prima pelo zelo e pela competência, olhando com cuidado - o que não é nenhum favor, mas obrigação - a questão dos empregados. Reforço, portanto, o convite feito pela Plantar aos colegas da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de encerrar, reforço a questão das estradas. Tive oportunidade de ir a Montes Claros, utilizando a BR-135, que está em estado de calamidade. É impossível aceitarmos essa situação e nos calarmos. É necessário nos empenharmos, o mais rápido possível, principalmente o antigo DER, hoje DNIT, para que seja feita nessa estrada, pelo menos, uma operação tapa-buracos emergencial. Dói em nossos corações observar várias pessoas com seus carros quebrados ou tirando todos os pertences do bagageiro para trocar pneu, correndo grande risco de sofrer um acidente.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Nobre Deputado Doutor Viana, cumprimento-o pelo seu pronunciamento no que diz respeito às estradas. Também somos vítimas dessa situação em nossa região, a qual V. Exa. bem conhece. Há alguns meses foi realizada operação tapa-buracos na Rodovia do Milho - a MG-354 -, que hoje, infelizmente, está toda esburacada, tornando quase inviável o acesso à nossa região. Também a BR-365, uma das rodovias mais importantes que cortam o nosso Estado, está em condição bastante precária. Por várias vezes foi prometido o seu recapeamento. O próprio Ministro Anderson Adauto, quando esteve em Patos de Minas com o Presidente da Comissão de Transporte da Câmara dos Deputados, Deputado Romeu Queiroz, o prometeu, mas até agora nada foi concretizado. Infelizmente uma operação tapa-buracos não adianta mais, devido à grave situação em que a estrada se encontra.

Gostaria de aproveitar a presença de V. Exa. nesta tribuna para comunicar à Casa o acontecimento do encontro dos Prefeitos de todo o País em Brasília, para discutir a questão da divisão do bolo da União em relação aos municípios. Junto com a Bancada do PFL, V. Exa. participou do encontro e pôde ver a grande expectativa de mais de 600 Prefeitos que estavam no Plenário Petrônio Portela participando daquele debate, promovido pelo PFL.

O PFL está levantando a bandeira do municipalismo, porque entende que as Prefeituras têm atravessado grandes dificuldades, principalmente as pequenas.

De acordo com a Constituição de 1988, o bolo dividido entre os municípios vinha da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI - cerca de 65% -, mas hoje esse quadro mudou: o Imposto está em torno de 45%, e as contribuições, em torno de 55%, o que diminuiu em muito a parte do município, inviabilizando uma boa administração do município, que é a base da Federação.

Mais uma vez queremos tornar pública nossa expectativa de nos unirmos, para conseguir que o Congresso modifique a situação e acolha a emenda do PFL, propondo a divisão de toda a arrecadação entre a União, os Estados e os municípios. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana\* - Agradeço, nobre colega. Reforço que, há dois meses, pedi uma audiência com o Ministro Anderson Adauto, mas estamos esperando, pois sua agenda é muito cheia. Iremos reivindicar ao terceiro Ministro consecutivo a realização do recapeamento da BR-135, pois não adianta mais fazer a operação tapa-buracos, uma vez que a sobrecarga de trânsito é enorme.

Quanto à reforma tributária, fizemos uma discussão recente no programa "Assembléia Debate" e colocamos a necessidade de fazer uma melhor distribuição da arrecadação da União entre os municípios, pois sem Estados e municípios fortes não há um país forte. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar a importância do encontro ocorrido ontem, em Pouso Alegre, em que estiveram presentes o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro dos Transportes Anderson Adauto e o brilhante Governador Aécio Neves.

Há muito tempo, estamos testemunhando uma grande luta em busca da concretização das obras da Fernão Dias, essencial para o desenvolvimento de Minas e do País. Ontem, demonstrando uma grande sensibilidade e um carinho especial com os mineiros, o Ministro Anderson Adauto, do PL, que vem realizando um brilhante trabalho à frente desse Ministério, e o Governador Aécio Neves, que tem travado uma luta espetacular para trazer recursos expressivos a Minas Gerais, ao lado de nosso Presidente, trouxeram notícias boas e importantes, que redundarão em recursos expressivos para a concretização de grande parte das obras da Fernão Dias.

Dessa forma, Sr. Presidente, Minas irá reencontrar seu caminho. O nosso Ministro está reestruturando o Ministério dos Transportes e procurando, em todos os instantes, pautar-se pela correção, pelo zelo da coisa pública e, sobretudo, pela probidade. Temos grande confiança de que o Ministro Anderson Adauto, ao lado do Presidente Lula e com a liderança do Governador Aécio Neves, terá oportunidade de trazer recursos muito importantes para o reequilíbrio de Minas e sua recolocação em lugar de destaque no cenário nacional.

Aproveito o momento para fazer grande chamamento para um manifesto da maior importância a ser realizado nesta Assembléia Legislativa, no próximo dia 26, pela iniciativa dos nossos pares e colegas. Esta Casa gritará, mais do que nunca, pela defesa dos interesses maiores das cidades mineiras, sobretudo as mais carentes. Temos de sensibilizar o Presidente e os demais colegas para a importância do Projeto de Lei nº 23, que trata especificamente da redistribuição do ICMS no Estado. Há muitas injustiças, contrastes e diferenças. A cidade de Cachoeira Dourada, por exemplo, tem uma renda "per capita" de mais de R\$300,00, mas, tristemente, observamos que Ribeirão das Neves tem uma renda de R\$2,00 "per capita" e Ibitiré, R\$3,00. Santa Luzia, Sabará e as cidades do Jequitinhonha e do Norte de Minas não têm água, ambulância, saúde nem assistência.

Nada é melhor que esse projeto de lei, que tramita nesta Casa, para darmos uma rápida resposta positiva e importante aos interesses e ao clamor dos municípios mineiros.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Somo-me a V. Exa. não apenas relativamente a essa questão fundamental que expôs. É importante a redistribuição mais justa, a fim de contemplar centenas de municípios mineiros, para que o progresso ocorra de maneira harmoniosa e cristã. Como cidadãos, como cristãos e como representantes públicos, não podemos aceitar essa situação fiscal, em que alguns municípios recebem uma receita fiscal "per capita" de R\$1,90 por mês, enquanto outros recebem R\$200,00. Esse valor não é grande, mas a diferença é absurda. É

inadmissível pensar que uma determinada cidade tem condições de oferecer serviços a um cidadão pelo valor de até R\$200,00 por mês, não tendo outras condições de oferecer mais do que R\$1,90 "per capita", para gastos com saúde, educação, limpeza urbana e outras necessidades.

Uno-me a V. Exa. quando relata o episódio ocorrido nesta semana, em que se uniram os Governos Federal e Estadual na retomada das obras da Fernão Dias, que é fundamental para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil, marcando um tempo novo de diálogo entre esses dois Governos e de soma de esforços. Nessa mesma direção caminha o Governador Aécio Neves, buscando recursos internacionais para asfaltar aquelas localidades dos grotões mineiros, as quais não têm sequer acesso por asfalto aos grandes centros e às demais localidades. Leandro Ferreira, localizada no Centro-Oeste de Minas, precisa do asfaltamento concluído, como também o trecho que liga São Tiago a Bom Sucesso, no Campo das Vertentes, e tantos outros. O Governador já está recebendo os nossos apelos, e Minas Gerais renasce para um tempo de desenvolvimento, mas é preciso que, simultaneamente, haja um tempo de justiça fiscal. Parabéns, Deputado Dinis Pinheiro, e obrigado pelo aparte.

O Deputado Dinis Pinheiro\* - Obrigado pelo brilhante pronunciamento. Realmente o Governador Aécio Neves tem sido muito feliz em sua caminhada. Com muito brilhantismo, capacidade e extrema habilidade, tem obtido êxito em seus entendimentos, principalmente com o Presidente Lula.

Há poucos dias conseguiu grande vitória, garantindo para Minas parte dos recursos da CIDE, imprescindível à recuperação da malha rodoviária do Estado. Esperamos, Deputado Chico Simões, contar com sua valiosa contribuição, sobretudo na busca incansável da distribuição dos recursos do ICMS em Minas Gerais. V. Exa. acompanha nosso projeto, nosso trabalho e nossa luta. Como poucos está vivenciando o estado de dificuldade e penúria em que se encontra principalmente sua querida Coronel Fabriciano e região. Tenho certeza de que, aprovando o Projeto de Lei nº 23, com grande discussão, a Assembléia Legislativa estará dando a todo o País um belo exemplo, a ser seguido e compartilhado pelos brasileiros.

O Deputado Chico Simões (em aparte)\* - Registro o empenho de V. Exa. na luta pela justa distribuição dos tributos. Não só nossa Coronel Fabriciano, mas também algumas cidades-dormitório e a sua Ibitiré sofrem muito por estarem próximas a outras industrializadas - o que é um prazer para nós. Porém em nossas cidades irão morar muitas pessoas que trabalharão nas outras, que, por sua vez, receberão pelo trabalho, enquanto nós, que temos a força da produção, ou seja, a mão-de-obra, não seremos contemplados. Estaremos junto a V. Exa para fazermos justiça.

Há muito o que fazer pelo Brasil, começando por políticas sociais como saúde, educação e infra-estrutura, pois nossas rodovias encontram-se totalmente sucateadas. Graças ao Governo de Lula, cidadão de origem humilde, brasileiro, genuíno, que conhece nossas dificuldades, está acontecendo o diálogo não só com o Governo de Minas, mas também com os demais Governadores, a sociedade e o cidadão comum.

Minas Gerais está sendo contemplada em todas as ações desse Governo, por ação direta do Presidente Lula. Temos de reconhecer que o Governo não faz nada sozinho. O Ministro Anderson Adauto, trabalhador, ex-Presidente desta Casa e com quem mantemos intensa amizade, foi citado. Porém é, no mínimo, injusto fazermos elogios apenas a ele, esquecendo que por trás há um Presidente compreensivo, que tem o compromisso de consertar o Brasil desmantelado, durante oito anos, pelo PSDB.

O Governo de Minas Gerais está usando bem sua influência e os repasses da União, a fim de melhorar a vida do povo. Todavia temos de pedir ação mais concreta, própria de Governo. Para tanto, menciono a área da saúde. Basta abrirmos os jornais para conhecermos a situação dos hospitais públicos, da Santa Casa, da hemodiálise e dos funcionários da FHEMIG que passaram no concurso mas não foram chamados, além da situação do IPSEMG, onde estivemos hoje, conversando com a Presidente. Enquanto membros da Comissão de Saúde, procuraremos o Governador do Estado e o Secretário da Fazenda, porque já aprovamos autorização de verba suplementar para pagar despesas feitas desde setembro passado. Não podemos mais aceitar essa situação de braços cruzados.

Os prestadores de serviço, com certeza, gastaram seu tempo e material e pagaram caro e à vista. Infelizmente quem mexe com saúde no Brasil não dispõe de prazo ao comprar material. Na maioria das vezes, quem paga os prestadores de serviço é o poder público, que não paga bem nem tem prazo certo para pagar. Solicitaremos do Governador do Estado, que mostra querer acertar, que cumpra o compromisso que fez com esta Casa e com os prestadores de serviços, principalmente com os hospitais do interior, que vivem essencialmente da prestação de serviços ao poder público. É preciso que o Governador resolva a situação para que os serviços continuem a ser prestados aos servidores públicos e aos usuários do SUS.

O Deputado Dinis Pinheiro\* - O Governador tem dado demonstrações claras e bastante fortes de apreço e dedicação a Minas Gerais. No caso da saúde, todos tivemos oportunidade de aqui aprovar projeto de lei, de sua iniciativa, solicitando a suplementação para o pagamento dos hospitais conveniados ao IPSEMG.

Informo ao Deputado Chico Simões que amanhã esses pagamentos estarão sendo efetuados. No que diz respeito ao concurso, 200 pessoas estão sendo contratadas pela FHEMIG. É importante ressaltar esse espírito de solidariedade, essa boa-vontade nas negociações, esse desprendimento, tanto do Governador Aécio Neves quanto do Presidente Lula. Eles estão trabalhando com muito respeito, com muita vontade de acertar, de construir uma Minas melhor e um Brasil mais fraterno.

Estamos muito confiantes no Governador Aécio Neves e no Presidente Lula, que contam com a colaboração do Vice-Presidente José Alencar, do PL, homem de larga experiência administrativa que tem dado valiosa contribuição para o engrandecimento de Minas e do nosso País.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/8/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

nomeando José Honorato da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.